



Foto: Vinícius Magalhães

Presidente Isaac Plachta recebe muda de Juçara do presidente da Cedae

Presidente Isaac Plachta entrega Prêmio Firjan Ambiental 2021 ao presidente da Cedae, Leonardo Soares

A Firjan, pelas mãos de Isaac Plachta, presidente do Conselho de Meio Ambiente, entregou o Prêmio Firjan Ambiental 2021 para a Cedae, no último dia 24/08 na sede da federação, Centro do Rio. "Receber esse reconhecimento da Firjan é muito gratificante e um grande incentivo para continuarmos focados em ações ambientais e sociais. Neste momento de transformação da Cedae, a nossa meta e compromisso será reforçar cada vez mais ações de sustentabilidade dentro da empresa". Assim, o presidente da Cedae, Leonardo Soares, agradeceu a conquista do prêmio na categoria Biodiversidade e Serviços Ecosistêmicos, com o Projeto Recuperação Produtiva da Juçara.

A premiação visa reconhecer, valorizar e dar visibilidade às iniciativas e aos projetos empresariais que colaboram com o desenvolvimento sustentável do estado. O projeto, desenvolvido pelo Programa Replantando Vida, promove a restauração ambiental da palmeira Juçara, por meio do incentivo à produção de mudas e ao plantio de novas árvores dessa espécie ameaçada de extinção.

Soares ressaltou que o prêmio, o terceiro recebido pela empresa nos últimos cinco anos, é muito importante pela sintonia com o direcionamento atual da Cedae. "Queremos nos tornar um *benchmarking* nacional na área ambiental", define.

Isaac Plachta argumenta que a federação faz questão de manter esse prêmio vivo por se tratar de uma oportunidade de valorizar ações de técnicos do Rio de Janeiro. "O presidente da Cedae, por exemplo, prestigiou a equipe, levando as pessoas envolvidas no projeto para o evento de premiação. É uma oportunidade do técnico ver o seu trabalho ser apoiado pelos executivos da empresa", pontua.

Fonte: Firjan

FGV: Incerteza da economia sobe 0,3 ponto em agosto

O Indicador de Incerteza da Economia Brasil (IIE-Br) da FGV cresceu 0,3 ponto em agosto passando para 119,6 pontos. Com isso, manteve a distância superior a 4 pontos para a média de 115 pontos, anotada entre 2015 e 2019.

O resultado apontou ainda que os dois componentes do indicador seguem em sentidos contrários no mês. Enquanto o componente de Mídia caiu 0,5 ponto, passando para 118,4 pontos, contribuindo negativamente em 0,4 ponto, o componente de Expectativa, que mede a dispersão das previsões para os 12 meses seguintes, avançou 3 pontos, chegando a 116,2 pontos. Conforme a FGV, esse componente contribuiu de forma positiva, em 0,7 ponto, para a evolução na margem do indicador agregado.

Segundo a economista do Instituto Brasileiro de Economia da FGV (FGV/IBRE), Anna Carolina Gouveia, a alta do IIE-Br em agosto foi determinada pelo componente de expectativa, que mede a dispersão das previsões para os 12 meses seguintes.

Na visão da economista, as dificuldades em superar a pandemia no Brasil e no mundo, as dúvidas com relação à real situação fiscal do país e as frequentes turbulências políticas são fatores que vêm contribuindo para a alta da incerteza. Anna Carolina não vê possibilidade do indicador convergir para a média entre 2015 e 2019 em breve. "No âmbito econômico, o país ainda tem desafios como a inflação ascendente e o risco de crise energética. Com todas essas fontes de ruído, dificilmente o indicador convergirá para a já elevada média 2015-2019 nos próximos meses", observou.

Fonte: Agência Brasil

SIQUIRJ INFORMA

Nº 234

Ago 2021

A importância da Rota 3 para o ERJ

O desenvolvimento socioeconômico do estado do Rio de Janeiro depende intensamente da exploração do gás natural, hoje o Estado atende a cerca de 60 % da demanda nacional deste suprimento energético. Ainda, as perspectivas são que o consumo brasileiro de gás pode crescer dez vezes mais, até o final da próxima década, o que consolidará definitivamente a exploração do gás como um dos pilares da economia fluminense e uma importante atividade econômica na economia nacional.

O mercado de gás tem um ritmo próprio, descolado do mercado financeiro. Porque o consumo brasileiro de gás está vinculado à geração de energia termoeletrica; a demanda pelo energético ficou mais protegida do impacto econômico da pandemia do que o setor de transportes.

Outra evidência do desempenho destacado deste mercado é a expectativa da ANP, que prevê 20 autorizações de importação de gás natural até o final do ano.

Segundo a avaliação da Firjan, "a descentralização do mercado começa a dar sinais de movimento, e é a chave para viabilizar ampliação de consumo, o que será possível quando a competição levar ao barateamento da molécula".

Além da geração termoeletrica, a redução de preço ensejará o crescimento de atividades de produção de petroquímicos, de vidro e siderurgia, estas já são tradicionais no ERJ, além da possibilidade de produzirmos fertilizantes nitrogenados a partir do gás de síntese, também originário do gás natural. Hoje metade das nossas necessidades de nitrogenados para o agronegócio é importada.

Por fim, ressalta-se a importância do projeto Rota 3 que ampliará o escoamento do gás extraído da área do Pré-sal da Bacia de Santos até Itaboraí, precisamente à Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN), o trecho terrestre passará por Maricá e Itaboraí até chegar a UPGN.

A conclusão do projeto representa aproximadamente 18 milhões de m³/dia de gás para a indústria fluminense, em particular para a indústria química que mais agrega valor ao produto na sua cadeia produtiva.

Vamos acompanhar!

Após três meses de recuos, vendas internas de produtos químicos crescem em julho de 2021

O volume de vendas internas dos produtos químicos de uso industrial registrou no mês julho um crescimento expressivo de 14,89%, invertendo a trajetória de três meses consecutivos de recuos. O IGQ-P Abiquim-FIPE também mostrou que a produção teve desempenho positivo no mesmo período, com crescimento de 5,64% sobre o mês anterior. Vale destacar a realização de paradas programadas para manutenção entre abril e junho, que acabaram por impactar os resultados dos volumes de produção e de vendas internas realizadas no período.

O índice de utilização da capacidade instalada alcançou 72% no mês de julho deste ano, cinco pontos acima do valor registrado no mês anterior, em decorrência do retorno de operação após as paradas nos meses anteriores, em especial nos estados de São Paulo, Rio Grande do Sul e Pernambuco. No que se refere ao índice de preços, após doze meses de altas consecutivas, o IGP Abiquim-FIPE registrou recuo de 3,13% no último mês de análise.

No acumulado de janeiro a julho de 2021, os índices de volume do segmento de produtos químicos de uso industrial continuam com ritmo acelerado, com os seguintes resultados comparativos: produção +8,48%, vendas internas +9,57% e consumo aparente nacional +12,3%. No mesmo período, o volume de importações da amostra de produtos analisados subiu 15,3%, enquanto o de exportações recuou 11,6%.

O índice de preços teve alta nominal de 39,88% entre janeiro e julho de 2021, sobretudo acompanhando as oscilações ocorridas no mercado internacional.

“A demanda por produtos químicos vem crescendo no Brasil e no mundo, puxada pela Ásia, a um ritmo maior do que o da oferta, com destaque para demandas relacionadas à Covid-19, com produtos utilizados na prevenção, no tratamento e no combate ao vírus”, explica a diretora de Economia e Estatística da Abiquim, Fátima Giovanna Coviello Ferreira. “Também, houve uma mudança no perfil da demanda mundial de químicos, com ênfase para os produtos utilizados em embalagens de delivery, como os descartáveis. Ainda, no período recente, os preços do barril do petróleo e dos seus derivados, em especial da nafta petroquímica, têm subido também como reflexo da redução da produção nos países da OPEP, pressionando diversos preços ao redor do mundo e consequentemente a inflação.”

Analisando-se os resultados conjunturais dos produtos químicos de uso industrial dos últimos 30 anos, é de se destacar que a variável CAN teve crescimento médio anual de 3%, enquanto a produção interna subiu 1,5% a.a., metade do crescimento anual do CAN, e as importações cresceram 9,5% a.a., passando a ocupar 46% do mercado local, contra 7% no início dos anos 1990.

Para a química, matérias-primas básicas e energia são fatores preponderantes não só para se manter a produção, mas também para definir novos investimentos. Infelizmente, esses custos estratégicos são muito mais elevados no Brasil do que em relação às congêneres da química no mercado internacional. Essa situação tem se agravado no período mais recente pela questão da logística e pela probabilidade de encarecimento dos custos da energia e do gás natural por conta da crise hídrica.

Fonte: Abiquim

Nova regulamentação permitirá destruição de embalagens e de suportes de madeira “não conformes” para efeitos de desembaraço aduaneiro

No dia 27 de agosto, foi publicada no Diário Oficial da União, a Portaria da Secretaria de Defesa Agropecuária nº 385, de 22 de agosto de 2021, que estabelece os tratamentos fitossanitários com fins quarentenários no trânsito internacional de vegetais, partes de vegetais, produtos de origem vegetal e de outros artigos regulamentados, realizados sob a autoridade da Organização Nacional de Proteção Fitossanitária (ONPF) do Brasil, em atendimento aos programas e controles oficiais de competência legal do MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Entre outros procedimentos e exigências, a Portaria SDA-MAPA 385/2021 passa a permitir a destruição de embalagens e suportes de madeira, viabilizando essa opção de destinação de madeiras “não conformes” como uma das alternativas para o prosseguimento do desembaraço aduaneiro das mercadorias, tradicional demanda da Comissão de Assuntos Aduaneiros e de Facilitação de Comércio Exterior (COFAC) da Abiquim junto aos órgãos competentes.

Como descrito em trecho específico da Portaria, a destruição de embalagens e suportes de madeira poderá ser prescrita pelo MAPA, nas operações de importação, para cumprimento de medidas fitossanitárias decorrentes de não conformidades previstas na norma específica que regulamenta embalagens e suportes de madeira utilizadas no trânsito internacional, desde que a não conformidade não seja associada à presença de pragas vivas ou a sinais de infestação ativa de pragas, e seja realizada exclusivamente por unidade de destruição fixa ou volante posicionada em área sob controle aduaneiro de desembaraço da mercadoria.

De acordo com a nova regulamentação, as empresas credenciadas, os tomadores de serviço, os administradores de armazéns, terminais, recintos habilitados pelo MAPA e os administradores da área sob controle aduaneiro terão prazo de até 180 dias, após a entrada em vigor da Portaria, para adequação documental e de seus procedimentos.

Fonte: Abiquim

Empresas estimam prejuízos de mais de R\$ 1,2 bi sem prorrogação de prazos para exportação

Sem medida do governo brasileiro para ampliar prazos, diante dos impactos da pandemia da Covid-19 no setor, exportadoras brasileiras que utilizam o drawback estimam perdas de mais de R\$ 1,2 bilhão em 2021. O levantamento da Confederação Nacional da Indústria (CNI) é referente a 406 atos concessórios - dos quais 121 já venceram no primeiro semestre.

A quantia é relativa à recomposição tributária pelos insumos que são incorporados aos bens para exportação. Para o setor produtivo, há risco de os prejuízos serem ainda maiores, uma vez que adesão ao regime é alta, acima de 2 mil empresas, e beneficia de pequenas a grandes.

O drawback é um regime aduaneiro especial que permite a desoneração de tributos em insumos importados ou comprados no mercado interno que serão usados pela indústria brasileira para compor um produto destinado à exportação.

O ato tem validade de um ano, com prorrogação por mais um ano, contados a partir da emissão pela Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério da Economia. Para bens de capital, o prazo total para exportação chega a cinco anos.

Fonte: Agência CNI de Notícias

Siquirj

Sindicato da Indústria de Produtos Químicos para Fins Industriais do Estado do Rio de Janeiro

Filiado à FIRJAN

Av. Calógeras, nº 15 - 12º andar
Centro - Rio de Janeiro - RJ
CEP 20030-070
Tel.: (21) 2220-8424
e-mail: siquirj@siquirj.com.br
home page: www.siquirj.com.br

Diretoria - 2020/2024

Diretoria

Isaac Plachta (Presidente)
Carlos Roberto da Silva (Vice-presidente)
Nicolau Pires Lages (Secretário)
Paul Antoine Maron Gédéon (Tesoureiro)

Suplentes

Wagner Luiz Rodrigues de Sá
Nélio Augusto Manhães Rodrigues
Roberto Pinho Dias Garcia

Conselho Fiscal

Efetivos

Ciro Alves
Paulo Hugo Silva Ramos Junior
Angelo José Brazil Ferreira

Suplentes

Alexandre Fagundes de Mattos
Larissa Arias
Jorge Luiz Cruz Monteiro

Delegados Representantes junto à Firjan

Efetivos

Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira
Carlos Mariani Bittencourt

Suplentes

Isaac Plachta
Roberto Pinho Dias Garcia